



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 90020/2026

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO – UASG 986371

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO MUNICIPAL E DAS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA JÁ INSTALADAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, FORNECIMENTO DE INTERNET, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS E GARANTIA DA PLENA OPERACIONALIDADE DO SISTEMA

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 17/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Sumário

1. DO OBJETO	5
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
8. DOS RECURSOS.....	16
9. DA CONTRATAÇÃO	16
10. DOS PAGAMENTOS.....	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19
ANEXO I.....	21
1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES	21
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	21
2.1. Compra ou locação de bens ou prestação de serviço	21
2.2. Objeto de natureza contínua ou não contínua	21
2.3. Objeto comum ou especial	21
2.4. Prestação de serviços - Mão de Obra	21
2.5. Prestação de serviços - Fornecimento de materiais e equipamentos	21
3. ÁREA REQUISITANTE	22
4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	22
5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	23
6. ESPECIFICAÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS	24
6.1 Peças e Componentes Computacionais.....	24
6.2 Câmeras instaladas.....	25
6.3. Infraestrutura atual	26
6.4. Localização das câmeras	27
7. ATENDIMENTO AOS CHAMADOS DE SUPORTE TECNICOS	31
7.1. Central de Atendimento ao Usuário.....	31
8. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)	33
8.1. Disponibilidade Dos Serviços Contratados.....	33
9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	34
10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	35
11. PRAZOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	36
12. VIGÊNCIA DO CONTRATO.....	36
13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	36
14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	36
15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	36



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

15.1. Pagamentos	37
15.2. Recebimento Provisório e Definitivo	38
16. PENALIDADES	39
17. REAJUSTE	41
18. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DE FORNECEDOR	41
18.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta	41
18.2 Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:	41
18.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:	42
18.4 Habilitação técnica	42
18.5 Quantitativos técnicos	42
19. EQUIPE TÉCNICA	43
20. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO	43
20.1 Subcontratação	43
20.2 Consórcio	43
21. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	44
21.1 LGPD	44
21.2 Responsabilidades Do Fornecedor (Operador De Dados)	44
21.3 Relatório De Impacto À Proteção De Dados Pessoais (Ripd)	45
22. DILIGÊNCIA TÉCNICA	45
22.1 Diligência Técnica	45
22.2 Equipe responsável pela diligência	45
22.3 Visita Técnica	45
23. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	45
23.1. Condições de Execução	45
23.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços	45
23.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre as Partes	45
24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	46
24.1. Informações Essenciais	46
24.2. Preposto	46
24.3. Reunião Inicial	46
24.4. Atores que Participarão das Atividades de Gestão e Fiscalização do Contrato	47
24.5. Rotinas de Fiscalização	47
25. CÓDIGO(S) DO CATÁLOGO DE MATERIAIS - CATMAT OU DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS - CATSER RELACIONADO(S) A CADA ITEM DA CONTRATAÇÃO, DISPONÍVEIS NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL	47
26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	47
27. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	48
28. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	48
29. ACOLHIMENTO DA AUTORIDADE MÁXIMA EM TIC	49
30. ACOLHIMENTO DA SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	49
31. DATA DA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO	49
ANEXO II	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO III.....	52
ANEXO IV	53
ANEXO V	65



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

(Processo Administrativo nº 10751/2025)

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO, por meio do DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS, sediado na Praça dos Emancipadores s/n.º, Bloco Executivo, 2º andar, Centro, Cubatão / SP - CEP 11.510-900, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Central de Videomonitoramento Municipal e das câmeras de vigilância já instaladas, incluindo suporte técnico, fornecimento de internet, fornecimento de peças, atualizações necessárias e garantia da plena operacionalidade do sistema**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em item único (menor preço global).
- 1.3. O regime de execução será o de empreitada por preço global.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.6.10. Empresas reunidas em consórcio;
 - 2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ofertado até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 4.1.1. **Valor Global;**
 - 4.1.2. Marca (se aplicável);
 - 4.1.3. Fabricante (se aplicável);
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 0,5% (cinco décimos por cento).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 5.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
 - 5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.18.2.2. empresas brasileiras;

5.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.18.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
 - 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, certificados, laudos ou demais documentos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 6.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência (Anexo I), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. Em complemento à documentação exigida no Anexo I, a empresa licitante deverá apresentar:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, para comprovação da habilitação econômico-financeira;**
- b) Declaração de conhecimento do local, conforme modelo do Anexo III, caso opte por não realizar visita técnica (item 22 do Anexo I).**

7.2.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 7.3. No caso de participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. A não apresentação do Termo de Ciência e Notificação (Anexo V) não será motivo para inabilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Suprimentos.

9. DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de Termo de Contrato, nos termos da lei 14.133/2021 e observadas todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 9.2. Após a homologação da licitação pela autoridade competente, a adjudicatária será convocada, por e-mail, para no prazo de 3 (três) dias úteis assinar o Termo de Contrato (Anexo IV).
- 9.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela secretaria requisitante.
- 9.4. No ato da assinatura, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
 - 9.4.1. procuração ou contrato social;
 - 9.4.2. cédula de identificação;
 - 9.4.3. prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), prova de regularidade de tributos e contribuições federais, inclusive as sociais, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, prova



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

de regularidade com as fazendas estadual e municipal da sede da licitante, prova de inexistência de Débitos Trabalhistas, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho e Certidão negativa de falência e recuperação judicial/extrajudicial, sob pena de a contratação não se concretizar;

9.4.4. Eventuais documentos exigidos para efetivação da contratação constantes do Termo de Referência.

9.5. Se as provas de regularidades anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

9.6. Quando o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não mantiver habilitação regular ou se recusar a assinar o Termo de Contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Termo de Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10. DOS PAGAMENTOS

10.1. Para fins de pagamento serão observadas as regras estabelecidas no Anexo I.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente (Ordem de Serviço) no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 1,0% a 30,0% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 1,0% a 30,0% do valor do contrato lícitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 10,0% a 30,0% do valor do contrato lícitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Cubatão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, no Departamento de Suprimentos, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do e-mail: dsu@cubatao.sp.gov.br.
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O objeto desta licitação onerará os recursos indicados no Anexo I.
- 13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://editais.cubatao.sp.gov.br/>.
- 13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
 - 13.12.2. ANEXO II – Modelo de Proposta – Planilha de Valores para os Serviços Contratados
 - 13.12.3. ANEXO III – Modelo de Declaração (item 22.3 do Termo de Referência)
 - 13.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato
 - 13.12.5. ANEXO V – Termo de Ciência e Notificação

Cubatão, 28 de maio de 2026.

Lidiane Goulart Fogaça

Secretária Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10751/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O presente Termo de Referência (TR) refere-se à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Central de Videomonitoramento Municipal e das câmeras de vigilância já instaladas, incluindo suporte técnico, fornecimento de internet, fornecimento de peças, atualizações necessárias e garantia da plena operacionalidade do sistema, que será realizada por meio do processo 10.751/2025, pela Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Compra ou locação de bens ou prestação de serviço

☐ Compra ou locação de bens.

☒ Prestação de serviço.

2.2. Objeto de natureza contínua ou não contínua

☒ Contínuo.

☐ Não contínuo.

2.3. Objeto comum ou especial

☒ Objeto comum.

☐ Objeto especial.

2.4. Prestação de serviços - Mão de Obra

☐ Com dedicação exclusiva de mão de obra.

☒ Sem dedicação exclusiva de mão de obra.

2.5. Prestação de serviços - Fornecimento de materiais e equipamentos

☒ Com fornecimento de materiais e equipamentos.

☐ Sem fornecimento de materiais e equipamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

3. ÁREA REQUISITANTE

A Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia figura como unidade proponente da contratação, considerando sua competência central na condução de iniciativas voltadas à transformação digital, à modernização administrativa e à implementação de soluções tecnológicas.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A implantação de um sistema de videomonitoramento municipal em Cubatão é pauta recorrente da Administração desde 2021, quando se iniciaram os primeiros processos para viabilizar a modernização da segurança pública local. Ao longo dos anos, diversos esforços foram realizados para estruturar a contratação, sempre visando garantir maior proteção ao cidadão, eficiência na gestão pública e alinhamento com políticas nacionais de desenvolvimento urbano sustentável.

Em 2023, foi inaugurado o Centro Operacional de Cubatão (COC), resultado de um Termo de Acordo Judicial tratado nos autos da ação civil pública: 0002853-74.2015.8.26.0157, do cumprimento de sentença nº 0001208-38.2020.8.26.0157 e do Inquérito Civil nº14.0248.0000662/2020, firmado entre o Ministério Público do Estado de São Paulo – MPSP, a Prefeitura Municipal de Cubatão e as empresas CESARI Empresa Multimodal de Movimentação de Materiais LTDA., e, TERLOC Terminal Logístico Cesari LTDA. O investimento dispensado na implantação do COC foi de aproximadamente R\$ 3 milhões, destinando-se à criação de uma central moderna e equipada. Atualmente, dispõe de 276 (duzentas e setenta e seis) câmeras de alta resolução distribuídas em pontos estratégicos, incluído vias de acesso, ruas e avenidas, prédios públicos, estradas, área industrial e pontos turísticos, como o Pôr do Jardim Casqueiro. Todas as transmissões são realizadas via rede de fibra ótica, assegurando qualidade e agilidade no processamento das imagens. Do mencionado acordo, a Prefeitura tem como compromisso, a manutenção do pleno funcionamento dos equipamentos e do monitoramento.

Importa destacar que o referido Termo, tem prazo de acompanhamento até dezembro de 2026.

Considerando a relevância do COC para a segurança da cidade e a necessidade de preservar a plena funcionalidade dos dispositivos já em operação, mostra-se indispensável a contratação de empresa especializada em serviços de manutenção da central de videomonitoramento e das câmeras de vigilância.

Ademais, a medida está em conformidade com os eixos do Plano De Governo da Gestão atual Prefeito Cesar da Silva Nascimento e Vice-Prefeita Andrea Maria de Castro – vigência 2025-2028, que propõe a implantação de vigilância eletrônica e ampliação do sistema de videomonitoramento. O projeto também está alinhado com a criação desta Pasta, por meio da Lei Municipal nº 4.356, de 24 de janeiro de 2025, além de reforçar a aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, destacando-se:

ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura: 9.1: Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente; 9.c: Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação, ampliando a conectividade.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: 11.7: Proporcionar acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes; 11.a: Apoiar políticas de planejamento urbano integrado, fortalecendo a resiliência das cidades.

ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes: 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas; 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.a: Fortalecer instituições relevantes para prevenir a violência e combater o crime.

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação: 17.17: Incentivar e promover parcerias eficazes público-privadas e com a sociedade civil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Essa contratação assegurará a continuidade do funcionamento dos equipamentos atuais, garantindo não apenas a proteção da população e do patrimônio público, mas também a manutenção do alinhamento de Cubatão às diretrizes de cidades inteligentes, ao plano de governo municipal e aos compromissos assumidos frente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução a ser contratada compreende a prestação de serviços especializados para a manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento municipal de Cubatão, para garantir o funcionamento contínuo da central de controle do COC e das 276 câmeras já instaladas em 2023.

O escopo contempla todo o ciclo de vida do objeto, abrangendo:

- 1) **Continuidade do sistema:** O sistema Digifort, utilizado atualmente pelo COC, não deverá ser alterado, devendo assim ser mantido em funcionamento com as licenças que foram instaladas no início de sua implementação. Não haverá necessidade de aquisição de licenças, pois a Prefeitura já detém todas necessárias ao funcionamento do referido sistema.
- 2) **Manutenção preventiva:** A Contratada será responsável pela execução de rotinas de verificação, limpeza, inspeção e calibração de equipamentos, redes e softwares, com emissão de relatórios técnicos que permitam o acompanhamento do sistema e a mitigação de falhas. A manutenção preventiva deverá acontecer em intervalos fixos de 6 meses.
- 3) **Manutenção corretiva:** Caberá a Contratada realizar o diagnóstico e reparo imediato de falhas, substituição de peças, ajustes técnicos e restauração de funcionalidades, de forma a reduzir indisponibilidades e manter a continuidade do monitoramento. Este serviço deverá estar disponível durante todo o período de execução do contrato.
- 4) **Fornecimento de internet:** A Contratada será responsável pela instalação, ativação, configuração, operação, gerenciamento, monitoramento, manutenção e suporte técnico de toda a infraestrutura externa e interna, fornecimento dos links de acesso, cabos e acessórios para conexões, equipamentos, materiais, componentes diversos e softwares relacionados à prestação adequada e integral dos serviços contratados.

Caberá a Contratada a disponibilização de 87 (oitenta e sete) links dedicados e IPS fixos individuais, ao contar com 83 (oitenta e três) links de 50 Mbps por câmera, e 4 (quatro) links de 300 Mbps.

A comprovação de que o link instalado estará apto a prover os serviços de conectividade será caracterizada por meio de um documento técnico que a Contratada deverá fornecer em arquivo digital à Contratante, onde conste o código único atribuído para identificação do link (ID), a identificação da unidade, data e hora dos testes de operação, e a capacidade de acesso do link (comprovada por meio de demonstrativo gráfico, no padrão Multi Router Traffic Grapher (MRTG) ou similar).

- 5) **Gestão e monitoramento da infraestrutura:** A Contratada será responsável pela administração e supervisão contínua da infraestrutura tecnológica instalada, abrangendo a central tecnológica, servidores, sistemas de armazenamento, equipamentos ativos e passivos de rede, infraestrutura de fibra óptica, sistemas operacionais, softwares de gerenciamento, ferramentas de monitoramento e demais componentes necessários à plena operação. Caberá à Contratada executar o monitoramento 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) de desempenho, disponibilidade, integridade, capacidade e segurança dos ativos, com atuação imediata em casos de falhas, degradação de serviços ou incidentes de segurança. Também será obrigação da Contratada criar o inventário completo e atualizado de todos os equipamentos, componentes e dispositivos disponibilizados para execução dos serviços, garantindo que cada item seja identificado por meio de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

código único e rastreável, contendo informações sobre localização, características técnicas, status operacional e histórico de manutenção.

- 6) **Suporte técnico especializado:** A Contratada deverá disponibilizar equipe qualificada para atendimento remoto ou presencial, conforme detalhado no item 19, com prazos definidos de resposta e resolução, conforme presente no item 7, ambos informados neste Termo de Referência, com objetivo de assegurar que eventuais falhas não comprometam a operação do sistema. Para registro das ocorrências, a Contratada deverá disponibilizar uma Central de Atendimento ao Usuário, de forma que qualquer solicitação de chamado técnico feito pela Contratante seja atendida imediata e diretamente por meio de um número telefônico com prefixo 0800, ou uma linha telefônica sem custos nas ligações para ela, a fim de permitir o registro e o acompanhamento do atendimento solicitado.

A Contratada deverá disponibilizar, também, um sistema Web por meio do qual a equipe da Contratante possa realizar a abertura e o acompanhamento de um chamado técnico, que permita a associação automática dos dados constantes do inventário e ID informado na abertura do chamado. Essa plataforma deverá apresentar também os chamados abertos de forma proativa e automática pelos sistemas de controle da Contratante. Esse sistema deverá possibilitar a obtenção do usuário a partir de pesquisas ou filtragem das informações constantes no inventário como, por exemplo, nome ou endereço da unidade.

- 7) **Atualização e compatibilidade:** A Contratada será responsável pela execução de serviços que mantenham a compatibilidade entre os equipamentos existentes e suas devidas atualizações de software, que deverão ser verificadas durante a fase de manutenção preventiva.
- 8) **Gestão documental e relatórios:** Deverão ser produzidos pela Contratada os registros técnicos, relatórios de desempenho e indicadores de disponibilidade, possibilitando controle efetivo pela Administração e transparência na execução do contrato. Deverão ser disponibilizados a qualquer momento, conforme solicitado pela Contratada.
- 9) **Descarte e substituição de componentes:** A Contratada deverá, quando aplicável e autorizada pela Contratante, realizar o descarte ambientalmente correto de equipamentos danificados, em conformidade com normas ambientais e de sustentabilidade.
- 10) **Armazenamento dos arquivos e imagens:** Todas as imagens serão monitoradas e armazenadas no DATA CENTER do COC, 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), por um período mínimo de trinta dias corridos, devendo a Contratada assegurar, de forma integral, a integridade, autenticidade, confidencialidade e disponibilidade dos registros audiovisuais, por meio da implementação de tecnologias e procedimentos de proteção, tais como controle de acesso baseado em perfis, sistemas automatizados de detecção de falhas e monitoramento contínuo. A Contratada deverá, ainda, manter política de backup periódico, auditoria de logs, validação de integridade dos dados e planos de contingência que eliminem ou minimizem riscos de perda, indisponibilidade ou manipulação indevida das gravações armazenadas.

6. ESPECIFICAÇÃO GERAL DOS EQUIPAMENTOS

6.1 Peças e Componentes Computacionais				
Identificação	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
6.1.1	Servidor de gerenciamento PowerEdge T350	Processador Intel Xeon E-2378, 16GB RAM, 2x discos de 480GB + 6x HD 16TB, iDRAC9	Unidade	6



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

		Enterprise, Windows Server 2022.		
6.1.2	HD 16TB Toshiba MG08ACA16TE	Enterprise Capacity HDD, 550TB/ano workload.	Unidade	36
6.1.3	Servidor de Videowall Precision 5820	Intel Xeon W-2223, Dual NVIDIA RTX A2000, 8GB RAM, SSD 512GB, Windows 11 Pro.	Unidade	1
6.1.4	Mesa Controladora (Joystick)	Controle PTZ, presets de vigilância, funções de gravação e reprodução, visor de identificação.	Unidade	6
6.1.5	Monitor Videowall Profissional 55"	Painel D-LED DID, resolução 1920x1080, gama de cores 72%, frequência máxima de pixels 148.5MHz.	Unidade	8
6.1.6	Servidor LPR PowerEdge T350	Intel Xeon E-2378, 16GB RAM, 2x discos 480GB + 8x HD 12TB, iDRAC9, Windows Server 2022.	Unidade	2
6.1.7	Estação de Trabalho OptiPlex 7010	Intel i3-13100, 8GB RAM, SSD 256GB, 3 monitores 21.5", Windows 11 Pro, teclado e mouse sem fio.	Unidade	6
6.1.8	Servidor de Busca Rápida Precision 3930 Rack	Intel i9-9900K, 128GB RAM, SSD 512GB, 2x HD 8TB, NVIDIA RTX A2000, Windows 11 Pro.	Unidade	1
6.1.9	Servidor Analítico Precision 5820	Intel Xeon W-2223, Dual NVIDIA RTX A2000, 8GB RAM, SSD 512GB, Windows 11 Pro.	Unidade	1
6.1.10	Kit Controle de Acesso SS 3530 MF FACE W	Reconhecimento facial, cartão RFID 13,56 MHz, QR Code, tela LCD 4,3" sensível ao toque, capacidade para até 1.500 usuários.	Unidade	1
6.1.11	Rack de Piso Fechado 44U	Dimensões: 2,15m (A) x 60cm (L) x 80cm (P), capacidade até 61kg.	Unidade	2
6.1.12	Switch Aruba 1930 (48 portas)	48x RJ-45 10/100/1000 + 4x SFP 1/10GbE.	Unidade	1
6.2 Câmeras instaladas				
Identificação	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
6.2.1	Câmera Fixa Axis	Câmera fixa de alta	Unidade	110



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

	M2035	resolução, indicada para monitoramento urbano em pontos estratégicos.		
6.2.2	Câmera LPR Axis P1455	Câmera de reconhecimento automático de placas veiculares (LPR/ANPR), de alta performance e precisão.	Unidade	56
6.2.3	Câmera PTZ Axis Q6135	Câmera com movimentação Pan/Tilt/Zoom, indicada para monitoramento dinâmico em áreas críticas.	Unidade	28
6.2.4	Câmera Fixa Intelbras	Modelo fixo de vigilância, adequado para pontos de apoio e redundância de cobertura.	Unidade	71
6.2.5	Câmera PTZ UNV	Câmera com capacidade de movimentação Pan/Tilt/Zoom para cobertura de áreas amplas.	Unidade	1
6.2.6	Câmera Fixa UNV	Equipamento fixo complementar para reforço de cobertura em áreas específicas.	Unidade	10
6.3. Infraestrutura atual				
Identificação	Item	Descrição	Unidade	Quantidade
6.3.1	Postes galvanizados de 07m	Postes metálicos galvanizados, de 07 metros de altura, para instalação de câmeras e acessórios.	Unidade	60
6.3.2	Caixas herméticas de alumínio	Caixas de proteção contra intempéries, destinadas à acomodação de equipamentos e conexões.	Unidade	60
6.3.3	Switches industriais e fontes	Equipamentos de rede robustos, adequados para operação em ambientes externos e condições adversas.	Unidade	60
6.3.4	Nobreaks	Equipamentos de fornecimento ininterrupto	Unidade	60



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

		de energia, garantindo autonomia em quedas de energia.		
6.3.5	Infravermelhos	Dispositivos de iluminação infravermelha para captação de imagens noturnas.	Unidade	60

6.4. Localização das câmeras

TAG CXA	ENDEREÇO	PONTO DE REFERENCIA	LOCALIZAÇÃO STREET VIEW	PTZ	FIXA	LPR	REGIÃO	LINK DE REDE (MB/S)
1	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	Frente à Yara 2	https://maps.app.goo.gl/WSHmJZ84NBgJvisH8	1	0	0	POLO	50
2	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	RM Entrada do Lavalog	https://maps.app.goo.gl/Bu8agZJPUL22fcMa8	0	3	0	POLO	50
3	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	Rua da Conveniencia Em frente a Yara 5	https://maps.app.goo.gl/G6NetxM3QR9bau856	0	2	0	POLO	50
4	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	Rua da Conveniencia Em frente a Yara 5	https://maps.app.goo.gl/9SczczmE6cmYcjRFC8	0	4	0	POLO	50
5	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	Em frente aos restaurantes	https://maps.app.goo.gl/i3Lr8Wify5wJGHnP7	0	2	0	POLO	50
6	Avenida Engenheiro Plínio de Queiróz	Em frente a Isis Pátio 1	https://maps.app.goo.gl/D5kijyKRzoJxsXuf7	1	3	0	POLO	50
7	Av. Engenheiro Plínio de Queirós, 474-578 - Jardim Sao Marcos/SP	INICIO PLINIO	https://maps.app.goo.gl/Z1GyZMc8gW2U83L89	0	2	0	POLO	50
8	Marginal Esquerda - Jardim Sao Marcos, Cubatão - SP	RETORNO NA FRENTE DA BASE 21	https://maps.app.goo.gl/XErS3sKXQtFrsgfK6	0	2	0	POLO	50
9	Av. Eng. Plínio de Queiróz - Piaçaguera, Cubatão - SP	DENTRO DO POSTO ALDO ENTRADA DE CARROS	https://maps.app.goo.gl/4sSdw7HL7gHSJtwK7	0	2	0	POLO	50
10	R. do Clube, 1 - Fabril, Cubatão - SP	BASE 23 SUBIDA ANCHIETA	https://maps.app.goo.gl/Bt4XGqw36u37SNtP9	0	2	1	CIDADE	50
11	Av. Nossa Sra. da Lapa, 961-921 - Vila Nova, Cubatão - SP	MANGUE	https://maps.app.goo.gl/9SqHA2GYwWU268rs6	0	1	1	CIDADE	50
12	Av. Nossa Sra. da Lapa - 940 - Vila Nova, Cubatão - SP	MANGUE	https://maps.app.goo.gl/TWPfseumzKJMKncH8	0	1	1	CIDADE	50
13	Av. Cruzeiro do Sul 216 - Vila Natal, Cubatão - SP	SAIDA PARA ANCHIETA MANGUE	https://maps.app.goo.gl/P4WEBvt1mb6JTMzZA	0	2	1	CIDADE	50
14	R. Faixa do Oleoduto, 407-78 - Pinhal do Miranda, Cubatão - SP	ENTRADA FABRIL VIA ANCHIETA	https://maps.app.goo.gl/fh2aF4z99e7evAFh8	0	2	2	CIDADE	50
15	Av. Nossa Sra. de Fátima, 1030 - Casqueiro	AO LADO FERRO VELHO DO PEDRÃO	https://maps.app.goo.gl/QseUcgjw8oa4pnYs6	0	1	2	CIDADE	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

16	Av. Tancredo de Almeida Neves, 4988 - Vila dos Pescadores	sentido viaduto vila dos pescadores/Cas queiro	https://maps.app.goo.gl/jLEgSs1S9PD84fx8	0	1	1	CIDADE	50
17	Av. 9 de Abril, 2863-2825 - Vila Nova, Cubatão - SP	EM FRENTE AO POSTO BR	https://maps.app.goo.gl/TLU5wJ4J8cmb7fPM8	0	2	2	CIDADE	50
18	Av. Tancredo de Almeida Neves, 98-552 - Vila dos Pescadores, Cubatão - SP	SENTIDO VILA DOS PESCADORES	https://maps.app.goo.gl/qQ7S7PLSvVjGervv5	0	1	1	CIDADE	50
19	Av. Tancredo de Almeida Neves, 2982 - Vila dos Pescadores, Cubatão - SP	SENTIDO CENTRO	https://maps.app.goo.gl/S7MVJfAHbTDriaJTA	0	1	1	CIDADE	50
20	Av. 9 de Abril, 697 Cruzeiro quinheta	Alça de subida para rodovia vindo da 9 de abril	https://maps.app.goo.gl/H4btzm3KV1bbMWT6	0	1	1	CIDADE	50
21	R. Júlio Cunha, 27-1 - Parque Sao Luis, Cubatão - SP	ANTIGA AMBEV	https://maps.app.goo.gl/z2qC3Y93z4DF9qHr7	0	1	1	CIDADE	50
22	R. Júlio Cunha, 25 - Parque Sao Luis, Cubatão - SP	ANTIGA AMBEV	https://maps.app.goo.gl/z2qC3Y93z4DF9qHr7	0	1	1	CIDADE	50
23	Av. 9 de Abril, 699 Cruzeiro quinheta	Poste centro da 9 de abril proximo a petrobras	https://maps.app.goo.gl/f3GexyHntYdbNmQTA	1	0	0	CIDADE	50
24	Estr. Metalúrgico Ricardo Reis, 1 - Ilha do Tatu, Cubatão - SP	ESTRADA ILHA CARAGUATÁ	https://maps.app.goo.gl/dXNmHdE89MvNBuA6	0	2	2	CIDADE	50
25	R. do Trevo, 34 - Vila Light, Cubatão - SP	FABRIL	https://maps.app.goo.gl/NJjBJ4ohyNMie7S9	0	2	2	CIDADE	50
26	Av. Joaquim Miguel Couto, 1003-993 - Vila Couto, Cubatão - SP	SENTIDO 9 DE ABRIL	https://maps.app.goo.gl/9oVH82cPBtbdvh6	0	1	2	CIDADE	50
27	R. José Búcolo Sobrinho, 163 - Vila Couto, Cubatão - SP	Av. Joaquim Miguel Couto	https://maps.app.goo.gl/W9t5r8g9HcmzAUUy5	0	1	1	CIDADE	50
28	Marginal Direita - Vila Parisi, Cubatão - SP	TERRACOM	https://maps.app.goo.gl/ULBuZR3TNDRLtS7s9	0	2	0	POLO	50
29	Marginal Direita - Vila Parisi, Cubatão - SP	GARAGELOG	https://maps.app.goo.gl/ic458vhfkrEDVZay5	0	2	0	POLO	50
30	Marginal Direita - Vila Parisi, Cubatão - SP	OZIRIS TRANSPORTES	https://maps.app.goo.gl/zjr5A7eVqXPajWQ78	0	2	0	POLO	50
31	Marginal Direita - Vila Parisi, Cubatão - SP	VOTORAM	https://maps.app.goo.gl/fdoVLZrwaU4xsoaNA	0	2	0	POLO	50
32	MARGINAL USIMINAS SP55	PROXIMO A ENGEBA / CAVALINHO TRANSPORTES	https://maps.app.goo.gl/sugTUiMpRUFaMXCq8	0	2	0	POLO	50
33	MARGINAL USIMINAS SP55 - Piaçaguera, Cubatão - SP	EM FRENTE A JBS	https://maps.app.goo.gl/DdyPsrPJDN7qjbHj8	0	2	0	POLO	50
34	Av. Eng. Plínio de Queiróz - Piaçaguera, Cubatão - SP	DENTRO O POSTO ALDO	https://maps.app.goo.gl/kUqSyjWqVpqsnMES7	0	2	0	POLO	50
35	Av. Eng. Plínio de Queiróz - Piaçaguera, Cubatão - SP	PROXIMO A ACTA	https://maps.app.goo.gl/HuccNLj9pge8fjgTA	0	2	0	POLO	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

36	R. das Begônias, 94-96 - Vila Natal, Cubatão - SP	EM FRENTE AO REI DO X SALADA	https://maps.app.goo.gl/zxkhayw1qWmsJHwU8	0	1	1	CIDADE	50
37	R. das Begônias, 94-96 - Vila Natal, Cubatão - SP	LADO PASSARELA	https://maps.app.goo.gl/BB1HyBuYJAT2SrAy6	0	1	1	CIDADE	50
38	R. 25 de Dezembro - 28 Vila Natal, Cubatão - SP	SENTIDO VILA NATAL	https://maps.app.goo.gl/QrvrCwS6E836pa8p9	0	1	1	CIDADE	50
39	R. 25 de Dezembro - 3 Vila Natal, Cubatão - SP	SENTIDO FORTEC	https://maps.app.goo.gl/fmj55VhXLwp2WohU8	0	1	1	CIDADE	50
40	Av. Joaquim Jorge Peralta 317 - Parque Sao Luis, Cubatão - SP	TOCA DO COELHO	https://maps.app.goo.gl/yzt49G6mCVqj4pVo6	0	2	1	CIDADE	50
41	R. Michajlo Halajko, 200-246 - Jardim Caraguatá, Cubatão - SP	ENTRADA ILHA CARAGUATA	https://maps.app.goo.gl/uXK7ejZPH7uy7yUPA	0	2	2	CIDADE	50
42	Av. Brasil, 2-20 - Casqueiro, Cubatão - SP	AO LADO DO PRONTO SOCORRO	https://maps.app.goo.gl/enSdhJbNMYca7NRu5	0	2	2	CIDADE	50
43	Av. Dep. Emílio Justo, 460-494 - Jardim Nova Republica, Cubatão - SP	ENTRADA BOLSÃO	https://maps.app.goo.gl/iVg6wXjwAVwHXLhf7	0	2	2	CIDADE	50
44	Av. Manoel dos Santos Mesquita - Vale Verde - Cubatão - SP	ENTRADA VALE VERDE	https://maps.app.goo.gl/uFmkM7m6f4tcwTKy9	0	2	2	CIDADE	50
45	Caminho dos Pilões, 130 - Cruzeiro Quinhentista, Cubatão - SP	ENTRADA PILOES	https://maps.app.goo.gl/Ez6ub4Nntx8qKVsxXA	0	2	2	CIDADE	50
46	Av. Joaquim Jorge Peralta, 192-322 - Parque Sao Luis, Cubatão - SP	KRILL	https://maps.app.goo.gl/YeUKNywCmfnNf3m37	0	2	1	CIDADE	50
47	Av. Joaquim Jorge Peralta, 2-22 - Parque Sao Luis, Cubatão - SP	DPASCHOAL	https://maps.app.goo.gl/aTZMwws8pYUBXKww6	0	2	1	CIDADE	50
48	R. Ailton Alves Pereira, 47 - Vila São José, Cubatão - SP	ENTRADA VILA SÃO JOSÉ	https://maps.app.goo.gl/DbsWyWWoYwgzjf5D8	0	2	2	CIDADE	50
49	R. José Luiz de Melo, 8 - Vila Natal, Cubatão - SP	SUBIDA PARA PEDRO TAQUES	https://maps.app.goo.gl/d2BK7nR7GUt3mvLn6	0	2	1	CIDADE	50
50	R. Quatro-A, 122 - Vila Natal, Cubatão - SP	SAIDA DA PEDRO TAQUES ANTES DO VIADUTO	https://maps.app.goo.gl/AU7AUhDj2oEAmWtk8	0	2	1	CIDADE	50
51	Av. 9 de Abril, 2235 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/b7m5tUZFPMeFgusJ6	1	4	0	POSTES CIDADE	50
52	Av. 9 de Abril, 2593 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/SUF3XXeokLVG9qqFA	1	3	0	POSTES CIDADE	50
53	Av. Cruzeiro do Sul, 111 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/x2zn2GQZXu1fuWzv5	1	0	0	POSTES CIDADE	50
54	Av. Tancredo de Almeida Neves, 3528 - SÃO JOSE		https://maps.app.goo.gl/nUDThEd5735skUJR9	1	3	0	POSTES CIDADE	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

55	Praça Joaquim Montenegro, 1 - Vila Elizabeth		https://maps.app.goo.gl/62ZMdjpotp3ZPAHV6	0	2	0	POSTES CIDADE	50
56	R. Bahia, 17 - Centro		https://maps.app.goo.gl/NU91nJUZkBSgPWYvA	1	3	0	POSTES CIDADE	50
57	Av. Brasil, 195 - Casqueiro	EM FRENTE AO EXTRA	https://maps.app.goo.gl/HcRQg8FYo4HKwS3B6	1	2	0	POSTES CIDADE	50
58	Av. Comendador Francisco Bernardo, 227 - Parque Sao Luis	AO LADO SO SESI	https://maps.app.goo.gl/NDMyFpxAPsjkg1rLA	1	0	0	POSTES CIDADE	50
59	Av. das Nações Unidas, 465 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/ZRkofSp5D4AzuEyQ9	1	0	0	POSTES CIDADE	50
60	Av. Dep. Emílio Justo, 448 - Jardim Nova Republica		https://maps.app.goo.gl/FpLZdMVXVP7Jxojr7	1	0	0	POSTES CIDADE	50
61	Av. Joaquim Miguel Couto, 785 - Vila Paulista		https://maps.app.goo.gl/JjZiQ3fCiKHu1z7g9	1	1	0	POSTES CIDADE	50
62	Av. Martins Fontes, 1147 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/1v9uKhcAWqALMEmk9	1	2	0	POSTES CIDADE	50
63	Av. Martins Fontes, 478 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/PwYrdZZsU6fUkDRS6	1	0	0	POSTES CIDADE	50
64	Av. Nossa Sra. da Lapa, 1390-1498 - Vila São José	PROXIMO AO MERCADO BOM SUCESSO 9 DE ABRIL	https://maps.app.goo.gl/8TvpM7j6SCZTKNGA6	1	0	0	POSTES CIDADE	50
65	Av. Nossa Sra. de Fátima, 977 - Casqueiro	PROXIMO A ANTIGA PERDIGÃO	https://maps.app.goo.gl/PTAEPQnub9zbCx5t5	1	0	0	POSTES CIDADE	50
66	Av. Washington Luís, 250 - Vila Nova		https://maps.app.goo.gl/tukhBS4sS6N7W1cz7	0	2	0	POSTES CIDADE	50
67	R. Bartolomeu de Gusmão, 164 - Parque Fernando Jorge		https://maps.app.goo.gl/5w56m6jhEQp6sdgKA	1	0	0	POSTES CIDADE	50
68	R. João dos Santos Custódio, 104 - Vale Verde	DENTRO DO VALE VERDE PROXIMO A PORTARIA	https://maps.app.goo.gl/SEuHqBeYZBifHhFUA	1	0	0	POSTES CIDADE	50
69	R. José de Castro, 107-89 - Ilha Caraguatá		https://maps.app.goo.gl/3nzspz91wzq6jKZm8	1	0	0	POSTES CIDADE	50
70	R. José Vicente, 614 - Vila Elizabeth		https://maps.app.goo.gl/awrTFWSw6r9jD55fA	1	1	0	POSTES CIDADE	50
71	R. São Francisco de Assis, 288 - Vila São José		https://maps.app.goo.gl/RJbZAxUHg7Q4ohDm9	1	2	0	POSTES CIDADE	50
72	R. São Paulo, 113 - Jardim Sao Francisco		https://maps.app.goo.gl/SGzQzJjHS2Jj9Ujd9	1	0	0	POSTES CIDADE	50
73	Rua Ver. Gigino Aldo Trombino, 401	PROXIMO AO NOVO BATALHÃO DE POLICIA Parque Sao Luis	https://maps.app.goo.gl/x3SCGZPcjMyfuJqW9	1	0	0	POSTES CIDADE	50
74	R. Manoel Jorge, 390 - Centro	Patio da prefeitura	https://maps.app.goo.gl/Ndhi2MY8GdWMN2wx5	1	0	0	POSTES CIDADE	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

75	Alça descida rodovia - Cruzeiro Quinheta	Alça de descida da rodovia sentido 9 de abril/petrobras	https://maps.app.goo.gl/5EDG7njfi7vdYekJ8	0	1	1	CIDADE	50
76	R. Prudente de Moraes, 90-100 - Vila Elizabeth	Alça de subida para rodovia sentido anchieta	https://maps.app.goo.gl/YsUjtMfeh8jYlg9	0	1	1	CIDADE	50
77	R. Prudente de Moraes - Vila Elizabeth	Alça de descida da rodovia sentido 9 de abril	https://maps.app.goo.gl/P7EtpuKITgmbdys19	0	1	1	CIDADE	50
78	R. Prudente de Moraes - sitio cafeza	Alça de subida para rodovia, sentido pereque	https://maps.app.goo.gl/24sT9B5chNWqHSEj7	0	1	1	CIDADE	50
79	Av. Tancredo de Almeida Neves, 2095 - Vila dos Pescadores	Sentido centro	https://maps.app.goo.gl/AqCyAdFSsbAcxePj9	0	1	1	CIDADE	50
80	Av. Engenheiro Plínio de Queirós 232	Restaurante da Rosa frente a Base 11	https://maps.app.goo.gl/RyMCTV3sVoETfe4YA	1	0	0	POLO	50
81	Avenida Engenheiro Plínio de Queirós	Portico de entrada Plínio de Queirós	https://maps.app.goo.gl/xfL5toaeR61cLyDb9	0	2	2	POLO	50
82	Avenida Engenheiro Plínio de Queirós	Ilha de saída Plínio de Queirós	https://maps.app.goo.gl/Z4QjC4ZNiussjY77	0	2	4	POLO	50
83	Avenida Engenheiro Plínio de Queirós	Ilha de saída Plínio de Queirós	https://maps.app.goo.gl/Z4QjC4ZNiussjY77	1	0	1	POLO	50
-	Prédio COC/GMC			1	10	0	PREDIOS	300
-	CAPS			0	32	0	PREDIOS	300
-	Escola UME Geraldo Guedes - Bolsão			0	31	0	PREDIOS	300
				PTZ	FIXA	LPR		
				28	192	56		
			TOTAL	276				

7. ATENDIMENTO AOS CHAMADOS DE SUPORTE TECNICOS

7.1. Central de Atendimento ao Usuário

A Central de Atendimento ao Usuário da Contratada deverá estar disponível para abertura de chamados pela Contratante em regime de 24x7 (24 horas/dia, 7 dias/semana).

O horário de início do atendimento pela Contratada será considerado a partir do momento em que a Contratante solicitar a abertura do chamado junto à Central de Atendimento ao Usuário, ou por meio do telefone 0800, ou da linha telefônica sem custos para ligações, ou do sistema Web.

Os chamados serão classificados pela Contratante nas seguintes categorias de prioridades e prazos, indicados no momento da abertura conforme tabela 1, abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Tabela de Níveis de chamados

Prioridade	Tempo máximo para resolução a partir da abertura do chamado	Características das ocorrências
1 - Emergência	1 hora e 27 minutos	a. Indisponibilidade total de serviços críticos que afetem a operação de qualquer serviço DE MONITORAMENTO
		b. Comprometimento da segurança, como acessos indevidos, vazamento de dados, ou ataques de qualquer natureza, no serviço em que foi identificada a ocorrência;
		c. Impossibilidade de abertura de chamados técnicos no Central de Atendimento ao Usuário;
2 - Alta	3 horas	a. Interrupção pré-programada por solicitação da CONTRATADA.
		b. Indisponibilidade PARCIAL dos serviços críticos que afetem a operação de qualquer serviço DE MONITORAMENTO
3 - Média	6 horas	a. Serviços prejudicados, interrompidos ou de qualidade inferior à requisitada, acarretando indisponibilidade parcial ou total em sua operação.
4 - Baixa	24 horas	a. Não atendimento a serviços intrínsecos no prazo solicitado;
		b. Não fornecimento de arquivos digitais previamente definidos e solicitados sobre a operação dos serviços contratados;

No momento de atendimento a um chamado técnico, a Contratada deverá fornecer, por intermédio do sistema Web ou de e-mail endereçado à Contratante, o respectivo protocolo (ticket) do chamado, onde conste a categoria de prioridade solicitada. Ao final de cada atendimento, a Contratada deverá emitir relatório técnico, a ser enviado por e-mail à Contratante, contendo as seguintes informações:

- a) Número do chamado (protocolo);
- b) Categoria de prioridade;
- c) Descrição do problema e da solução;
- d) Procedimentos realizados;
- e) Data e hora da abertura e do fechamento do chamado;
- f) Data e hora do início e do término da execução dos serviços.

A Contratada irá providenciar o atendimento técnico de primeiro nível, sempre que constatado ou relatado problema de operação em algum link, e apenas os casos que envolvam os serviços contratados deverão ser repassados à equipe de atendimento da Contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Para os casos de problemas que não possam ser resolvidos à distância, a Contratada deverá fazer o atendimento *in loco* onde o problema estiver ocorrendo.

8. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

O ANS/IMR servirá como instrumento de aferição da qualidade da execução contratual, possibilitando a realização de ajustes na remuneração da Contratada em razão da incidência dos indicadores estabelecidos, o que poderá ensejar tanto a adequação dos pagamentos quanto a instauração de processo administrativo para apuração e eventual aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento das metas, índices e prazos definidos.

Entende-se como incidente toda falha, mau funcionamento ou erro que acarrete a interrupção ou degradação na prestação dos serviços de conectividade do videomonitoramento.

A CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, preferencialmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a nota fiscal/fatura acompanhada dos relatórios técnicos referentes ao período, contendo informações detalhadas sobre os serviços executados. Caberá à CONTRATANTE analisar os relatórios apresentados, aferir o nível de excelência e o atendimento aos requisitos de desempenho e disponibilidade definidos neste Termo de Referência nos termos do Acordo do Nível de Serviço (ANS), bem como verificar eventuais ocorrências de indisponibilidade. Após essa verificação, a CONTRATANTE apontará o valor efetivamente devido pelos serviços prestados no período, o qual servirá de base para a validação do faturamento e posterior pagamento.

8.1. Disponibilidade Dos Serviços Contratados

Será considerada como referência no Acordo de Nível de Serviço (ANS) o tempo total de 720 (setecentos e vinte) horas num mês.

Os serviços de conectividade DO VIDEO MONITORAMENTO deverão estar disponíveis, no mínimo, em 98% (noventa e oito por cento) do tempo total de cada mês de referência (o tempo total máximo de tolerância de 2% (dois por cento) corresponde a 14 (quatorze) horas e 24 (vinte e quatro) minutos), e na apuração dessa meta serão consideradas somente as indisponibilidades de responsabilidade da Contratada.

Sempre que a Contratada detectar uma falha, ou receber um chamado técnico da Contratante relatando indisponibilidade dos serviços, deverá abrir um registro do incidente, sendo que esse registro será criado no momento da notificação da ocorrência e encerrado quando for restabelecida a normalidade da prestação dos serviços e validado pela equipe técnica da Contratante.

Enquanto perdurar o prazo de atendimento a um incidente, a Contratada deverá comunicar à Contratante, por meio de e-mail, com um intervalo máximo de 1 (uma) hora entre cada comunicado, a posição do atendimento que estiver em andamento, e as providências tomadas na resolução do problema.

Sempre que a Contratada verificar e entender que a regularização de um incidente é de responsabilidade da Contratante, deverá apresentar, até o término do tempo máximo de resolução, por meio de e-mail, um relatório com justificativas, testes e evidências que comprovem essa constatação, para análise, avaliação e providências da Contratante.

No caso de um atendimento técnico iniciado por proatividade da Contratada, em razão da constatação de alguma indisponibilidade na operação da Rede Corporativa Municipal, a Contratante deverá ser imediatamente comunicada, e ter acesso ao andamento da ocorrência por meio de um e-mail enviado pela Contratada à equipe técnica da Contratante, com informações sobre data e horário de início da ocorrência, as unidades afetadas, as iniciativas que serão tomadas e o prazo previsto para resolução do problema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Após a resolução de um problema, a Contratada deverá comunicar à Contratante, por meio de e-mail, no prazo máximo de 1 (uma) hora, a identificação e o diagnóstico da ocorrência, a data e horário de seu início, as ações adotadas para resolvê-la, e a data e horário de encerramento do atendimento.

Não serão consideradas como indisponibilidades as paradas solicitadas pela Contratante e as pré-programadas pela Contratada, desde que agendadas e aprovadas pela Contratante com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

As metas para as paradas pré-programadas solicitadas pela Contratada para uma mesma unidade não deverão exceder 2 (duas) ocorrências num mesmo mês de referência, nem exceder o tempo de indisponibilidade de 3 (três) horas em cada ocorrência, devendo os horários de início e término previstos para cada parada ser claramente identificados na solicitação.

As paradas solicitadas pela Contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, em dias e horários que comprometam minimamente a operação da unidade DE VIDEO MONITORAMENTO.

A quantidade de ocorrências e/ou o tempo de indisponibilidade de uma parada pré-programada que ultrapassarem as metas acima estabelecidas, passarão a ser consideradas indisponibilidades sujeitas às penalidades.

Casos fortuitos e motivos de força maior, bem como a impossibilidade de acesso a uma unidade no prazo estabelecido para atendimento de uma falha, deverão ser comunicados à Contratante, por meio de e-mail, até o término do prazo máximo de resolução e, se devidamente comprovados e aceitos, excluirão a responsabilidade da Contratada na apuração do Acordo de Nível de Serviço (ANS). Nesses casos o tempo de resolução será paralisado e retomado quando a Contratada tiver acesso à unidade em questão ou os casos e motivos que ocasionaram a ocorrência tiverem sido solucionados.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1) Os serviços contratados terão início em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço e deverão ser executados de forma contínua pela Contratada, garantindo a plena operação do COC e das câmeras em funcionamento.
- 2) Executar os serviços em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, do edital e de seus anexos, bem como da proposta apresentada, utilizando mão de obra qualificada e recursos compatíveis.
- 3) Disponibilizar todos os materiais, ferramentas, equipamentos, softwares, EPIs e insumos necessários à execução, zelando pela segurança dos trabalhadores e pelo bom andamento das atividades.
- 4) Reparar, corrigir, substituir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado pela fiscalização, quaisquer serviços realizados em desacordo com as especificações ou que apresentem vícios ou defeitos.
- 5) Responder por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou subcontratados, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e criminais.
- 6) A execução dos serviços será realizada exclusivamente por empregados da Contratada, devidamente uniformizados, identificados por crachá funcional contendo nome, foto e prazo de validade e treinados para respeitar as normas internas da Contratante e de segurança da informação, sendo restrita sua circulação às áreas necessárias para a execução das atividades.
- 7) A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais relativas aos seus empregados, não cabendo à Contratante qualquer



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

responsabilidade subsidiária.

- 8) A Contratada deverá assegurar que, durante e após a execução de cada serviço, os locais intervenientes sejam mantidos limpos e organizados, promovendo o descarte ambientalmente correto de resíduos, peças substituídas e equipamentos inservíveis, em conformidade com a legislação vigente.
- 9) Toda manutenção preventiva ou corretiva deverá ser registrada em relatório técnico individualizado por equipamento, contendo a descrição do problema identificado, as ações executadas, peças eventualmente substituídas (com indicação de marca, modelo, número de série e part number), além de registro fotográfico quando aplicável.
- 10) Observar e cumprir as normas de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), mantendo sigilo absoluto sobre as imagens, informações e registros obtidos em decorrência da execução dos serviços.
- 11) Atender com prioridade os chamados de emergência, respeitando os prazos estabelecidos de resposta e solução, descritos no item 7 deste Termo de Referência, inclusive em regime de plantão quando necessário para assegurar a plena operação da Central.
- 12) A Contratada será responsável pelo transporte, deslocamento e logística de sua equipe técnica, garantindo disponibilidade de atendimento emergencial, quando demandado pela Contratante.
- 13) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em situação regular perante os órgãos fiscais e de controle, apresentando comprovação sempre que solicitado pela Contratante.
- 14) A Contratada responderá por quaisquer danos causados à infraestrutura da Central, aos equipamentos de videomonitoramento, ao patrimônio público ou a terceiros, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados, prepostos ou subcontratados, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civis e criminais previstas em lei.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1) Receber o objeto do contrato nos prazos, locais e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em seus anexos, verificando a conformidade com as especificações técnicas.
- 2) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de servidor ou comissão designada, registrando ocorrências e emitindo atestes das Notas Fiscais correspondentes.
- 3) Comunicar formalmente à Contratada (contratada) eventuais falhas, defeitos ou irregularidades constatadas na execução, fixando prazo para correção ou substituição sem ônus adicional para a Contratante.
- 4) Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, adotando as providências necessárias em caso de descumprimento, inclusive aplicação de sanções previstas em lei e no contrato.
- 5) Efetuar os pagamentos devidos no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados e atestados, observados os prazos e condições previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.
- 6) Fornecer, sempre que necessário, informações e acesso às instalações indispensáveis à execução dos serviços contratados.
- 7) Adotar providências necessárias para a apuração de irregularidades que configurem dano ao erário, encaminhando documentação aos órgãos de controle competentes quando for o caso.
- 8) A Administração Pública Municipal não poderá celebrar contratos com pessoa jurídica que possua débitos administrativos e/ou judiciais com o Município de Cubatão. Para essa constatação, a CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

fará consulta, junto aos seus assentamentos, a regularidade da empresa detentora da melhor proposta.

11. PRAZOS E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

11.1 O prazo total para execução e conclusão integral dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato e emissão da ordem de início dos trabalhos pela Administração Municipal.

11.2. O cronograma abaixo contempla os prazos em meses corridos que deverão ser observados para cada etapa deste projeto, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da municipalidade.

ETAPAS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08	MÊS 09	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12
Manutenção preventiva				✓						✓		
Atualização e compatibilidade				✓						✓		
Monitoramento da infraestrutura	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Suporte técnico	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Manutenção corretiva	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Gestão documental e relatórios	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

10.3 A Contratada deverá apresentar os serviços, produtos, relatórios e entregáveis dentro dos prazos definidos, em conformidade com as especificações técnicas e de qualidade exigidas neste Termo de Referência.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. Vigência do contrato: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do mesmo pela autoridade máxima, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

12.2. Da prorrogação: Por se tratar de prestação de serviços a ser executada de forma contínua, o período de vigência previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, caso haja interesse das partes, devidamente justificado.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custo total é de **R\$ 632.700,00** (seiscentos e trinta e dois mil e setecentos reais).

14. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Tendo em vista que a presente contratação se refere à prestação de serviços de natureza continuada, o valor da garantia de execução contratual será calculado com base no valor estimado correspondente ao período de 12 (doze) meses. O percentual adotado será de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

15.1. Pagamentos

- a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota Fiscal/Fatura, desde que o documento esteja devidamente atestado pelo setor competente e não haja irregularidades.
- b) A Nota Fiscal/Fatura deve ser discriminativa e conter, de forma clara, todos os elementos exigidos por lei, além de:
 - 1) Identificação completa da Contratada: CNPJ (o mesmo constante da documentação fiscal, exceto se for emitida por filial/matriz que contém o mesmo CNPJ base com sequencial específico da filial/matriz), endereço, inscrição estadual ou municipal, etc.;
 - 2) Identificação completa da Contratante;
 - 3) Descrição, de forma clara, de todos os serviços prestados;
 - 4) Apresentação do relatório das atividades executadas de forma clara e detalhada;
 - 5) Número do processo que originou a contratação, junto ao empenho;
 - 6) Número da autorização de serviço ou instrumento equivalente;
 - 7) Número do Contrato.
- c) A Nota Fiscal/Fatura não aprovada pela Administração Municipal será devolvida à Contratada para as correções necessárias, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação;
- d) Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da Contratada, em qualquer situação, o decurso do prazo de pagamento será interrompido reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, sem que isso gere direito a atualização financeira;
- e) A devolução da fatura não aprovada pela Administração Municipal em hipótese alguma autorizará a Contratada a suspender a execução dos serviços;
- f) Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento;
- g) A comprovação da regularidade fiscal poderá ser constatada através de consultas "online" aos sites oficiais, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais
- h) Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- i) Quanto ao imposto sobre serviço de qualquer natureza, 5%, (ISSQN), será observado o disposto na legislação municipal;
- j) O pagamento poderá ser susado pelo Município nos seguintes casos:
 - 1) Não cumprimento de obrigações assumidas que possam, de qualquer forma, prejudicar o Contratante;
 - 2) Inadimplência de obrigações da Contratada para com o Município de Cubatão, por conta do estabelecido no contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 3) Erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.
- k) Sem quaisquer ônus para o Município de Cubatão, ou incidência em mora, não será efetuado quaisquer pagamentos à Contratada antes de(a):
- 1) apresentação e da aceitação do documento de cobrança;
 - 2) atestada Nota Fiscal pelo órgão requisitante à conformidade do objeto;
 - 3) liquidação prevista na Lei 4.320/64 (Art.63), conforme disposto no Art.146 da Lei nº 14.133/2021.
- l) Sem quaisquer ônus para o Município de Cubatão, ou incidência em mora, não será efetuado quaisquer pagamentos à Contratada enquanto houver pendência relativa:
- 1) À liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência;
 - 2) À apresentação de documentação exigida em disposição do ato convocatório, legal ou regulamentar;
 - 3) Ao cumprimento das obrigações assumidas e que possam, de qualquer forma, causar danos ao erário;
 - 4) À não execução do objeto nas condições estabelecidas;
 - 5) A erros ou vícios nas Notas Fiscais/Faturas.
- m) Nenhum pagamento será efetuado enquanto perdurar qualquer pendência de liquidação, ou obrigação que lhe for imposta, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção;
- n) É expressamente vedada à Contratada a cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros;
- o) Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações.
- p) Serão deduzidas da nota fiscal as penalidades, sendo estas baseadas pelas notificações entregues, ateste de serviço ineficiente ou ausente, e-mails.
- q) Abertura de processo (documento de abertura do DCA).
- r) Nota fiscal do serviço.
- s) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
- t) Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida da união.
- u) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).
- v) Certificado de regularidade do FGTS – CRF
- w) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos.
- x) Certidão de Apenados de Impedimentos de Repasse.
- y) Planilha resumo da medição de consumo, com a medição dos produtos entregues, preenchida e assinada.
- z) Planilha editável da lista de produtos por unidade.

15.2. Recebimento Provisório e Definitivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Em razão da natureza continuada do objeto contratado, o recebimento provisório ocorrerá mensalmente, mediante ateste da fiscalização contratual para fins de liquidação e pagamento. Já o recebimento definitivo ocorrerá ao término da vigência contratual, após a verificação do cumprimento integral das obrigações contratuais pela Contratada.

16. PENALIDADES

- 1) Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 2) Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - d) **Multa**:
 - i. Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
 - ii. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - iii. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 1, de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - iv. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12, de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - v. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 1, a multa será de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- vi. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 1, a multa será de 1,0% (um por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato.
 - vii. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 1, a multa será de 1,0% (um por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados.
- 3) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
 - 4) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
 - 5) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - 6) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - 7) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 8) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
 - 9) Na aplicação das sanções serão considerados:
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 10) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
 - 11) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
 - 12) O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

- 13) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 14) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. REAJUSTE

O preço contratual será reajustado anualmente, a cada período de 12 (doze) meses, tendo como base a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O reajuste deve ser contado a partir da data do orçamento estimado pela Administração.

18. FORMAS E CRITÉRIOS DA SELEÇÃO DE FORNECEDOR

18.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com modo de disputa ABERTO.

18.2 Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

averação no Registro onde tem sede a matriz.

- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.4 Habilitação técnica

Conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações (Institui normas para Licitações e Contratos da Administração) a qualificação técnica compreenderá requisitos, de forma que: A execução dos serviços exigirá uma equipe técnica composta de profissionais com experiência em serviços similares, indispensáveis para garantir a qualidade dos trabalhos que serão executados.

A licitante melhor classificada deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional, como forma de garantir o cumprimento de todos os requisitos técnicos e legais para a execução dos serviços, conforme a Lei 14.133/2021, em quantidade igual a 50% (cinquenta por cento), sendo permitido o somatório de atestados para atendimento, conforme abaixo:

- I. Ser(em) fornecido(s) por Pessoa(s) Jurídica(s) de Direito Público ou Privado;
- II. Deverão comprovar a execução de serviços com características técnicas, quantitativos e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;
- III. No caso de atestado, deverá estar obrigatoriamente em nome da licitante;
- IV. Comprovar a aptidão para execução dos serviços de links para conectividade de internet, redes Wi-Fi, pontos de videomonitoramento, atendendo aos serviços e quantidades previstos;

18.5 Quantitativos técnicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Para fins da comprovação de qualificação técnica, os seguintes serviços e respectivos quantitativos devem ser comprovados por meio de certidões ou atestados:

Tabela 2 - Comprovação de qualificação técnica

Item	Descrição do serviço	Total de pontos previstos	Quantidades mínimas de pontos instalados a comprovar	
			%	Mínimo
1	Links para conectividade	87	50	44
2	Total de câmeras	276	50	138

19. EQUIPE TÉCNICA

A Contratada deverá disponibilizar, durante toda a vigência contratual, equipe técnica qualificada e compatível com as exigências do presente Termo de Referência, com profissionais devidamente habilitados, com vínculo comprovado por contrato de prestação de serviços ou registro em contrato de trabalho, assegurando substituição imediata em eventuais ausências, composta por corpo técnico mínimo de:

- 1) Gestor de Projetos, com formação superior e experiência em gerenciamento de projetos na área de Tecnologia da Informação;
- 2) Coordenador Técnico de Infraestrutura, com formação superior na área de Tecnologia da Informação;
- 3) Analista de Redes e Telecomunicações, com formação superior em Telecomunicações ou Analista de Sistemas ou de Engenharia: Elétrica, Eletrônica ou Computação;
- 4) Técnico de Campo / Suporte em Infraestrutura, com formação técnica em Redes de Computadores, Informática, Telecomunicações ou áreas correlatas;
- 5) Analista de Dados e Monitoramento de Vídeo, com formação técnica ou superior em Redes de Computadores, Telecomunicações ou áreas correlatas.

Todos os profissionais deverão possuir experiência comprovada em projetos ou contratos de natureza equivalente, com comprovação documental mediante currículos, registros em carteira, contratos de prestação de serviços e/ou responsáveis técnicos registrados.

20. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

20.1 Subcontratação

É permitida a subcontratação apenas de parcela específica do objeto relacionada aos serviços de conectividade e fornecimento de links de internet, condicionada à anuência prévia da Administração.

A eventual subcontratação não afasta a responsabilidade exclusiva da Contratada pela plena execução do ajuste e pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Não será admitida a transferência integral da execução contratual a terceiros.

Para fins de autorização e fiscalização, a Administração poderá solicitar documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica da empresa subcontratada.

20.2 Consórcio



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio. A vedação decorre da natureza e da baixa complexidade do objeto a ser contratado, o qual pode ser executado de forma integral por empresas que atuam regularmente no mercado de tecnologia da informação e serviços de conectividade.

Verifica-se, ainda, a ampla existência de fornecedores com capacidade técnica e operacional para a execução individual do objeto, circunstância que afasta a necessidade de formação de consórcios para ampliação de capacidade técnica, econômica ou operacional.

A participação em consórcio, nesse contexto, poderia introduzir complexidade desnecessária à gestão e fiscalização contratual, especialmente quanto à definição de responsabilidades entre as empresas consorciadas, sem apresentar benefícios relevantes à competitividade do certame.

Assim, considerando as características do objeto, a estrutura do mercado fornecedor e os princípios da eficiência e da economicidade na gestão contratual, conclui-se pela inviabilidade e desnecessidade de admissão de consórcios na presente contratação.

21. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Contratada deverá exercer suas atividades em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), com as Normas técnicas aplicáveis (como ISO/IEC 27001 ou NBR ISO/IEC 27002, quando pertinente) e respeitando as regras e políticas internas do município referentes à proteção e tratamento de dados.

21.1 LGPD

A Contratada deverá estar em total conformidade com a LGPD, para garantir a proteção dos dados pessoais eventualmente coletados, armazenados, tratados ou compartilhados no âmbito da operação do sistema.

São requisitos obrigatórios:

- a) Tratamento de Dados Pessoais: O fornecedor deverá assegurar que o sistema atenda aos princípios da LGPD, tais como: finalidade, necessidade, adequação, segurança, prevenção e responsabilização. O tratamento de dados pessoais (ex.: imagens que permitam identificar pessoas) deverá ter base legal adequada, considerando a execução de políticas públicas e o interesse público como fundamentos legais aplicáveis à Administração Municipal.
- b) Mecanismos de Transparência e Acesso: Deverá ser garantido ao município o acesso completo aos dados coletados e a possibilidade de atendimento a solicitações de titulares de dados, quando aplicável. Deverá permitir a localização, extração, anonimização ou eliminação de dados mediante solicitação da autoridade competente.
- c) Segurança e Proteção dos Dados Pessoais: Deverá incorporar medidas técnicas e administrativas para proteção contra acessos não autorizados, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Isso inclui o uso de criptografia, controle de acesso, registro de logs, e política de backup.
- d) Todos os registros, imagens e arquivos deverão estar protegidos contra alterações indevidas. As gravações deverão contar com mecanismos que assegurem sua autenticidade, como hash digital ou assinatura eletrônica.

Deverá incorporar medidas técnicas e administrativas para proteção contra acessos não autorizados, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Isso inclui o uso de criptografia, controle de acesso, registro de logs, e política de backup.

21.2 Responsabilidades Do Fornecedor (Operador De Dados)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

O fornecedor, na condição de operador de dados, compromete-se a tratar os dados pessoais somente conforme instruções formais do município (controlador dos dados), responsabilizando-se por qualquer violação à legislação aplicável ou incidente de segurança causado por ação ou omissão de sua equipe ou infraestrutura.

21.3 Relatório De Impacto À Proteção De Dados Pessoais (Ripd)

Caso solicitado, o fornecedor deverá apoiar a elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados (RIPD), apresentando informações sobre os fluxos de dados, medidas de segurança adotadas e eventuais riscos associados ao tratamento de dados pessoais no escopo do sistema.

22. DILIGÊNCIA TÉCNICA

22.1 Diligência Técnica

Na fase de julgamento, o Pregoeiro poderá promover qualquer diligência julgada necessária à análise das propostas e da documentação apresentadas, devendo a empresa licitante declarada vencedora na fase de lances atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

22.2 Equipe responsável pela diligência

Se forem definidas nessa diligência visitas técnicas a serem realizadas pela equipe da Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia (SECIT), essa equipe elaborará, posteriormente, relatório com as conclusões sobre a diligência técnica efetuada e o encaminhará para conhecimento e avaliação do Pregoeiro.

22.3 Visita Técnica

A avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Há possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, de modo a permitir a comprovação do conhecimento do local sem necessidade de presença física.

O agendamento da vistoria deverá ser realizado por meio do e-mail "secit@cubatao.sp.gov.br".

Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

23. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

23.1. Condições de Execução

Início da execução do objeto: 30 (trinta) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.

23.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

- 1) Os serviços deverão ser prestados, inicialmente, no prédio sede do atual COC, localizado na Rua Padre Nivaldo Vicente dos Santos, n.º 51 - Vila Paulista, Cubatão - SP, CEP: 11510-260.
- 2) As reuniões de alinhamento, diagnósticos e demais atividades presenciais deverão ser realizadas preferencialmente na sede da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia de Cubatão, localizada na Rua Padre Nivaldo Vicente dos Santos, 51 - Centro, Cubatão - SP, no horário das 9h às 17h, ou conforme agendamento prévio com os responsáveis da Administração.

23.3. Mecanismos Formais de Comunicação entre as Partes



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 1) Ordem de Serviço;
- 2) Ata de Reunião;
- 3) Ofício;
- 4) Sistema de abertura de chamados;
- 5) E-mails: "secit@cubatao.sp.gov.br", "cienciaeinovacao@cubatao.sp.gov.br", "secit.inclusaodigital@cubatao.sp.gov.br" e "detec@cubatao.sp.gov.br".

24. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Informações Essenciais

- 1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3) As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 4) O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

24.2. Preposto

- 1) O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 2) O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.
- 3) O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

24.3. Reunião Inicial

- 1) Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.
- 2) A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.
- 3) A pauta desta reunião observará, pelo menos:
 - a) Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
 - b) Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- c) Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- d) A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

24.4. Atores que Participarão das Atividades de Gestão e Fiscalização do Contrato

Gestor do Contrato: A gestão do contrato será realizada por funcionário público da Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia, a ser designado por meio de portaria, a qual será publicada e anexada ao processo administrativo.

Fiscal do Contrato: A fiscalização do contrato será realizada por funcionário público da Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia, a ser designado por meio de portaria, a qual será publicada e anexada ao processo administrativo.

24.5. Rotinas de Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do artigo 33 da IN SGD nº 94, de 2022.

25. CÓDIGO(S) DO CATÁLOGO DE MATERIAIS - CATMAT OU DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS - CATSER RELACIONADO(S) A CADA ITEM DA CONTRATAÇÃO, DISPONÍVEIS NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL

compras.gov.br				
Grupo	Serviço/Código	Descrição	Quantidade	Unidade de medida
852	21660	Monitoramento de Imagens de Cameras e Circuito Fechado TV	1	Serviço

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

26.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

26.2 As fichas orçamentárias que farão frente as despesas:

a) Secretaria de Segurança e Cidadania – Ficha: 1851/2026

Natureza: 3.3.90.39.00

Vínculo: 01.140.0000

Valor: R\$ 100.000,00

b) Secretaria de Gestão – Ficha: 945/2026

Natureza: 3.3.90.40.00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Vínculo: 01.110.0000

Valor: R\$ 40.000,00

c) Secretaria de Ciência, Inovação e Tecnologia – Ficha: 1958/2026

Natureza: 3.3.90.40.00

Vínculo: 01.140.0000

Valor: R\$ 45.000,00

d) Secretaria de Educação – Ficha: 593/2026

Natureza: 3.3.90.40.00

Vínculo: 01.200.0005

Valor: R\$ 40.000,00

e) Secretaria de Saúde – Ficha: 176/2026

Natureza: 3.3.90.40.00

Vínculo: 01.310.0000

Valor: R\$ 40.000,00

27. REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Empreitada por preço global.

28. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi conduzido por:

Nélio Dantas dos Santos

Matrícula: 32066

Diretor do Departamento de Tecnologia e Modernização da Informação dos Serviços Públicos
PMC/SECIT

Vinícius Almeida dos Santos

Matrícula: 31554

Assessor Especial do Prefeito
PMC/SECIT

Priscila Guimarães Garcia

Matrícula: 32102

Diretora do Departamento de Inclusão Digital
PMC/SECIT



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Lucas Lira Santana Malta
Matrícula: 31822
Assessor de Relações de Governo
PMC/SECIT

29. ACOLHIMENTO DA AUTORIDADE MÁXIMA EM TIC

Acolho o presente Termo de Referência:

Nélio Dantas dos Santos / Matrícula: 32066
Diretor do Departamento de Tecnologia e Modernização da Informação dos Serviços Públicos
Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia
Prefeitura de Cubatão

30. ACOLHIMENTO DA SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Acolho o presente Termo de Referência:

Lidiane Goulart Fogaça / Matrícula: 31687
Secretária
Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia
Prefeitura de Cubatão

31. DATA DA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Cubatão, 06 de maio de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA – PLANILHA DE VALORES PARA OS SERVIÇOS CONTRATADOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5455/2025

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

Proponente:
Endereço:
.....
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Telefone:
E-mail:

Obs.: Adverte-se que a simples apresentação desta Proposta será considerada como indicação bastante de que existem fatos que impeçam a participação da licitante neste certame, ou de que a mesma não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

PLANILHA DE VALORES				
A - SERVIÇO DE PROVIMENTO DE ACESSO À INTERNET				
Serviços	Quantidade de pontos	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
Link de 50 Gbps para acesso à internet	83			
Link de 300 Gbps para acesso à internet	4			
		VS total (A) - R\$		
B - SERVIÇOS DE IMAGENS				
Quantidade	Pontos de Videomonitoramento	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
73	Cameras Fixa Próprios Públicos – Câmeras BULLET			
119	Cameras Fixa Vias e Áreas Públicas – Câmeras BULLET			



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

56	Cameras Fixa Vias para Fiscalização - Câmeras LPR			
28	Cameras Móvel - Câmera PTZ			
		VS total (B) - R\$		
C - SERVIÇOS DA CENTRAL DE MONITORAMENTO				
Quantidade	Ambiente do COC	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
1	Central e equipamentos – (servidores, videowall, estações de trabalho, switches, mesa controladora)			
		VS Total (C) - R\$		
D – SERVIÇOS DE EQUIPE TÉCNICA				
Quantidade	Serviço	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
1	Mão de obra técnica			
		VS total (D) - R\$		
VS GLOBAL DE REFERÊNCIA (somatório dos VS totais A + B + C + D) - R\$				
OBSERVAÇÃO: VS (VALOR DO SERVIÇO) = VALOR DE SERVIÇOS DE ACESSO + VALOR DE SERVIÇOS DE IMAGEM (ONDE HOVER, E COM O TIPO DE IMPOSTO JÁ INCLUÍDO).				

1) Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

2) Prazos e condições de execução: conforme edital.

- **Declaro**, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem a todas as especificações exigidas no Anexo I – Termo de Referência.

- **Declaro** que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos pela proponente na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

Local, data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/CPF/Cargo/CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES (item 22.3 do Termo de Referência)

PREGÃO ELETRÔNICO N.º **90020/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 10751/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO MUNICIPAL E DAS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA JÁ INSTALADAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, FORNECIMENTO DE INTERNET, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS E GARANTIA DA PLENA OPERACIONALIDADE DO SISTEMA.

A empresa (**RAZÃO SOCIAL**), sediada na rua (**ENDEREÇO COMPLETO**), inscrita no CNPJ sob n.º (...), por seu responsável legal, **DECLARA**, sob as penas da lei, que possui pleno conhecimento das condições, dos locais e das peculiaridades do objeto a ser contratado.

Local, data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/CPF/Cargo/CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Pelo presente instrumento de Contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO**, com sede na Praça dos Emancipadores, s/nº, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, César da Silva Nascimento, doravante designada CONTRATANTE e de outro lado a empresa (**RAZÃO SOCIAL**), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º (...) estabelecido na (**ENDEREÇO**), neste ato representada por (**NOME COMPLETO**) portador da Cédula de Identidade RG n.º (...), domiciliado na (**ENDEREÇO**) doravante designada CONTRATADA, após este último declarar que conhece e aceita todas as especificações do Edital de Pregão Eletrônico n.º **90020/2026**, datado de (**DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL**), tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO MUNICIPAL E DAS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA JÁ INSTALADAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, FORNECIMENTO DE INTERNET, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS E GARANTIA DA PLENA OPERACIONALIDADE DO SISTEMA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

PLANILHA DE VALORES				
A - SERVIÇO DE PROVIMENTO DE ACESSO À INTERNET				
Serviços	Quantidade de pontos	Valor Unitário	Valor mensal	Valor 12 meses
Link de 50 Gbps para acesso à internet	83			
Link de 300 Gbps para acesso à internet	4			
		VS total (A) - R\$		
B - SERVIÇOS DE IMAGENS				
Quantidade	Pontos de Videomonitoramento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor 12 meses



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

73	Cameras Fixa Próprios Públicos – Câmeras BULLET			
119	Cameras Fixa Vias e Áreas Públicas – Câmeras BULLET			
56	Cameras Fixa Vias para Fiscalização - Câmeras LPR			
28	Cameras Móvel - Câmera PTZ			
		VS total (B) - R\$		
C - SERVIÇOS DA CENTRAL DE MONITORAMENTO				
Quantidade	Ambiente do COC	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
1	Central e equipamentos – (servidores, videowall, estações de trabalho, switches, mesa controladora)			
		VS Total (C) - R\$		
D – SERVIÇOS DE EQUIPE TÉCNICA				
Quantidade	Serviço	Valor Unitario	Valor mensal	Valor 12 meses
1	Mão de obra técnica			
		VS total (D) - R\$		
VS GLOBAL DE REFERÊNCIA (somatório dos VS totais A + B + C + D) - R\$				
OBSERVAÇÃO: VS (VALOR DO SERVIÇO) = VALOR DE SERVIÇOS DE ACESSO + VALOR DE SERVIÇOS DE IMAGEM (ONDE HOVER, E COM O TIPO DE IMPOSTO JÁ INCLUÍDO).				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura deste termo de contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. O Contratado poderá subcontratar apenas parcela específica do objeto relacionada aos serviços de conectividade e fornecimento de links de internet, condicionada à anuência prévia da Administração.

4.2. O Contratado deverá submeter a solicitação de subcontratação parcial dos serviços, devidamente justificada, com no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do início da execução do serviço a ser subcontratado, para que o Contratante proceda à análise que possa resultar na aprovação da solicitação apresentada.

4.3. Uma eventual subcontratação de serviços não exime o Contratado das responsabilidades e garantias estabelecidas no contrato com o Contratante.

4.4. É vedada a subcontratação integral do objeto.

4.5. A Administração poderá exigir, sempre que entender necessário, a apresentação de documentos que comprovem a capacidade técnica, a regularidade jurídica e fiscal da subcontratada, como condição para a autorização da subcontratação ou para a verificação da adequada execução contratual

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. Os valores unitários são os descritos no item 1.2, perfazendo o valor total de R\$ (....).

5.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços efetivamente executados.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. Para fins de pagamento serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI),



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Fiscalizar e controlar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, de acordo com o Decreto Municipal nº 11341/2020;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar ao setor responsável para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. Cumprir as demais obrigações descritas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.22. Realizar os serviços e cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6, observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no banco ou instituição financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
 - 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:**
 - Moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
 - O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 10,0% (dez por cento) a 30,0% (trinta por cento) do valor do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

- (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 1,0% (um por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato.
- (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 1,0% (um por cento) a 10,0% (dez por cento) do valor do Contrato, salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, na dotação abaixo discriminada:

Classificação Funcional xxxxxxxx – Elemento de despesa xxxxxxxx.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Cubatão / SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidos administrativamente.

CUBATÃO, ____ DE _____ DE 20____.

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL

P/ CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

ANEXO V

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90020/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO MUNICIPAL E DAS CÂMERAS DE VIGILÂNCIA JÁ INSTALADAS, INCLUINDO SUPORTE TÉCNICO, FORNECIMENTO DE INTERNET, FORNECIMENTO DE PEÇAS, ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS E GARANTIA DA PLENA OPERACIONALIDADE DO SISTEMA

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.